

RACISMO ESTRUTURAL E MERCADO DE TRABALHO DOCENTE: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE DOCENTES NEGROS

Roseane Mendes
Everton Ribeiro

INTRODUÇÃO: Este trabalho apresenta uma revisão sistemática da literatura em andamento, vinculada a uma pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná, na linha de Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. Parte-se da compreensão de que o racismo estrutural constitui um elemento central na produção de desigualdades no campo educacional, impactando diretamente a subjetividade, a saúde mental e as condições de trabalho de docentes, especialmente negros e negras. A literatura recente tem evidenciado que o adoecimento docente não pode ser analisado apenas sob a ótica das condições laborais, sendo necessário considerar marcadores sociais como raça e gênero. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar como a produção científica brasileira tem abordado a relação entre racismo e adoecimento docente, identificando lacunas, tendências teóricas e contribuições para o campo da educação.

METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, configurada como revisão sistemática da literatura, que, conforme Gonçalves (2005), consiste no levantamento e análise das produções existentes sobre um determinado tema e seus principais autores. O mapeamento foi realizado em cinco bases de dados: Portal de Periódicos da CAPES, SciELO, PePSIC, Index Psi e LILACS. A coleta ocorreu entre agosto e setembro de 2025, utilizando os descritores “racismo”, “adoecimento” e “docentes”, de forma isolada e combinada. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos publicados em periódicos brasileiros, em língua portuguesa, entre 2015 e julho de 2025, disponíveis integralmente online e que abordassem a temática racial no contexto da docência. Foram excluídos estudos internacionais, textos indisponíveis na íntegra e aqueles que não dialogavam diretamente com o objeto de investigação. Inicialmente, foram identificados 219 artigos; após a remoção de duplicidades e aplicação dos critérios de elegibilidade, a amostra final foi composta por 32 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A análise dos estudos evidencia que o racismo permanece operando como um fator estruturante das relações sociais no Brasil, influenciando diretamente o processo de subjetivação e o adoecimento docente. Observa-se que a literatura aponta para a persistência de mecanismos de invisibilização e deslegitimação de docentes negros e negras, frequentemente associados ao fenótipo e à racialização dos corpos. Tais dinâmicas produzem desgaste emocional e intelectual, configurando o que alguns autores denominam de cansaço epistêmico, caracterizado pela necessidade constante de afirmação de competência e pertencimento em espaços marcados pela branquitude institucional.

Os estudos também indicam que o adoecimento docente, nesse contexto, assume dimensões psicossociais profundas, manifestando-se em sintomas como ansiedade, esgotamento emocional e sentimento de não pertencimento. A sub-representação de mulheres negras em espaços acadêmicos de prestígio agrava esse cenário, evidenciando a intersecção entre racismo e sexismo como fatores determinantes do sofrimento psíquico. Além disso, a análise revela que o racismo institucional não se restringe ao ensino superior, estando presente também na educação básica e técnica, o que amplia o alcance do problema.

Por outro lado, emergem na literatura possibilidades de enfrentamento, como o uso de narrativas autobiográficas e da escrita de si como dispositivos de resistência e formação. Essas práticas permitem a ressignificação das experiências de dor e exclusão, contribuindo para a construção de identidades docentes mais fortalecidas e para a produção de conhecimentos situados. A perspectiva de uma educação antirracista aparece como eixo central para a transformação desse cenário, destacando a necessidade de políticas institucionais que promovam equidade, reconhecimento e cuidado com a saúde mental dos docentes.

Palavras-chave: Segregação ocupacional; Precarização do trabalho; Interseccionalidade.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.
BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
CAMPELO, R. Educação e crítica social. São Paulo: Cortez, 2018.
CARNEIRO, S. A construção do outro como não-ser. São Paulo: Selo Negro, 2005.
GONÇALVES, E. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Atlas, 2005.
GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
HOOKS, b. Ensinando a transgredir. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
JOSSO, M. Experiências de vida e formação. São Paulo: Cortez, 2002.
KILOMBA, G. Memórias da plantação. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2015.
PASSEGGI, M. Narrativas autobiográficas. Natal: EDUFRN, 2008.
SANTOS, B. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2020.

AGRADECIMENTOS: Este trabalho conta com o apoio institucional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE/UFPR), responsável por viabilizar o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado, bem como da linha de pesquisa Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, cujo escopo teórico-metodológico favorece o trânsito por distintos campos de investigação, incluindo aqueles relacionados às temáticas da inclusão e do racismo.